

RESUMO EXPANDIDO

MEDIAÇÃO INCLUSIVA: (RE) CONHECENDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA

Rafaelle Amaral Vera Cruz¹

RESUMO

O presente relato apresenta o projeto “*Mediação Inclusiva: (re) conhecendo as pessoas com deficiência em sala de aula*”, desenvolvido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Waldemar Ribeiro com os alunos do 6º ao 9º ano, e teve como objetivo promover a inclusão por meio da acolhida dos alunos com deficiência pelos próprios colegas de sala de aula. Para isso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica para argumentar acerca do que são pessoas com deficiência, os tipos de deficiência, qual o trabalho do AEE na escola, o que é o capacitismo e como combatê-lo. O método utilizado foi qualitativo, no qual se utilizou de técnicas como entrevistas, grupos focais, observação participante, análise de conteúdo e produções textuais. O resultado do trabalho desenvolvido foi a fomentação de uma cultura de respeito e empatia entre todos os alunos (com e sem deficiência), promovendo a valorização da diversidade e da inclusão.

Palavras-Chave: Inclusão; Deficiência; Capacitismo; AEE; Mediação.

INTRODUÇÃO

Capacitismo é uma forma de discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência. Essa atitude é baseada na crença de que pessoas com deficiência são inferiores ou menos capazes do que aquelas sem deficiência. Ele se manifesta na educação por meio de barreiras físicas, sociais e atitudinais que dificultam a inclusão e a igualdade de oportunidades. Combater o capacitismo envolve promover a conscientização, a inclusão e o respeito à diversidade, reconhecendo as capacidades e os direitos de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais.

Com o objetivo de implantar uma cultura de inclusão e a acolhida dos alunos com deficiência, o presente relato apresenta o percurso e os resultados alcançados do projeto “*Mediação inclusiva: (re) conhecendo as pessoas com deficiência em sala de aula*”, desenvolvido com 464 alunos do 6º ao 9º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Waldemar Ribeiro, localizada no bairro do Umarizal e pertencente a Diretoria Regional de Ensino 04.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado com a escola pública garantir:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996, p.02)

Em conformidade com a LDB, a E.E.E.F. Professor Waldemar Ribeiro tem sua Sala de Recursos Multifuncionais implantada e com seu Atendimento Educacional Especializado (AEE) ativo, no qual atende 27 alunos com deficiência, sendo 21 com Transtorno do Espectro Autista (TEA), 04 com deficiência intelectual, 01 com deficiência auditiva e 01 com deficiência física.

¹ Professora de Educação Especial SEDUC- PA e SEMEC- Belém/ Mestranda em Educação Inclusiva – UNIFESSPA
E-mail: rafaelle.cruz@escola.seduc.pa.gov.br

O AEE desempenha um papel fundamental na inclusão e no apoio ao aprendizado de estudantes com deficiência na escola, pois busca garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver seu potencial ao máximo na aprendizagem. Além disso, evidencia a importância do desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, essenciais para a convivência e interação social.

Contudo, observou-se ao longo dos anos, situações com os alunos com deficiência que dificultavam sua rotina dentro da escola como isolamento social, estigmatização, dificuldade na comunicação, baixa expectativa dos colegas e até bullying. Apesar do AEE, em conjunto com a equipe pedagógica e diretiva da escola, sempre atuar para a resolução desses conflitos, era preciso fazer algo mais.

Assim, o AEE da escola decidiu desenvolver o projeto pedagógico mediando as situações de conflito a partir da expressão "conhecer para respeitar", pois quando nos dedicamos a conhecer as histórias, as necessidades e as particularidades dos outros, criamos um espaço para o respeito mútuo.

METODOLOGIA

O projeto começou a ser desenvolvido pela acolhida dos alunos público-alvo da Educação Especial e suas famílias na Sala de Recursos Multifuncionais da escola. Após a avaliação inicial dos alunos novos e da reelaboração do Plano de Atendimento dos alunos que já eram da escola, as famílias participaram de uma reunião com a professora de Educação Especial, coordenação pedagógica e equipe diretiva (Imagem 1). Nesse encontro, além de apresentar as atribuições do AEE, comunicou-se que o próximo passo seria a sensibilização dentro de sala aula, realizado pela professora da Sala de Recursos Multifuncionais.



Imagem 1: Reunião com os pais
Fonte: a autora (2024)

Com a ciência dos pais e responsáveis, iniciou-se a abordagem com os discentes dentro das salas de aulas apresentando um curta-metragem intitulado “Conscientização IGA29 – Inclusão” (Imagem 2) em que uma criança, deficiente física e usuária de cadeira de rodas, é discriminada pelos colegas devido a sua condição. Apesar de ter menos de 8 minutos, a animação já foi capaz de promover uma primeira sensibilização com os alunos, uma vez que vários se emocionaram vendo a projeção (Imagem 3).



Imagem 2: Curta-metragem
Fonte: a autora (2024)

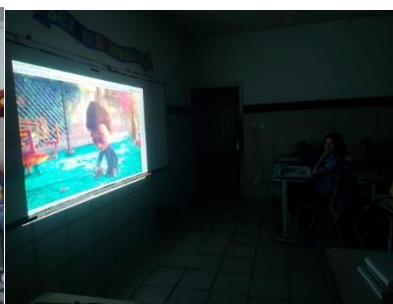


Imagem 3: Alunos assistindo
Fonte: a autora (2024)

Após esse primeiro momento, os alunos foram instigados a falar o que eles entendiam sobre o que é uma pessoa com deficiência. Neste momento, pode-se perceber que as falas eram cheias de desinformação, expressões capacitistas e mitos como: “portadores de deficiência”, “pessoa muda”, “não tem cara de autista” e tantas outras. Então, iniciou-se a apresentação de slides do projeto em que foi explicado o que é uma pessoa com deficiência e os tipos dela.

Em seguida, foi mostrada a seguinte imagem para os alunos: (Imagem 4)



Imagem 4: Slide
Fonte: Állison Alves (2019)

Depois de mostrar a imagem, se perguntou: “O que vocês fazem em sala de aula?”. Houve momentos de silêncio e também se ouviram várias respostas. Foi explicado então, o que cada uma delas significava até se chegar ao conceito de inclusão. A partir disso, fez-se outra pergunta: “Vocês sabem o que é capacitismo?”. Nenhum aluno jamais tinha ouvido o que era, nem tão pouco souberam exemplificar.

Mais do que falar sobre o que era capacitismo, foi necessário explanar como na figura abaixo: (Quadro 1)

Quadro 1: Exemplos de expressões capacitistas
Fonte: a autora (2024)

EXPRESSÕES CAPACITISTAS
Ficou cego?”
“Está surdo?”
“Retardado”
“Fingir demência”
“Parece autista”
“Nossa, nem parece que você é PcD!”

“Você não tem cara de autista”
“Achei que você era normal”
“Você é uma pessoa especial”

Os alunos demonstraram surpresa ao ver que expressões que tinham utilizado um pouco antes eram capacitistas. Assim, foi explicado porque cada uma delas eram consideradas de teor discriminatório e preconceituoso.

Em seguida, foi apresentado aos alunos o cartaz “**10 ações para ajudar o colega em sala de aula**” (Imagem 5 e 6), que foi afixado em todas as salas de aula da escola para ilustrar como eles poderiam ajudar não só os colegas com deficiência em sala de aula, mas atitudes que também poderiam ser estender a todos os outros.

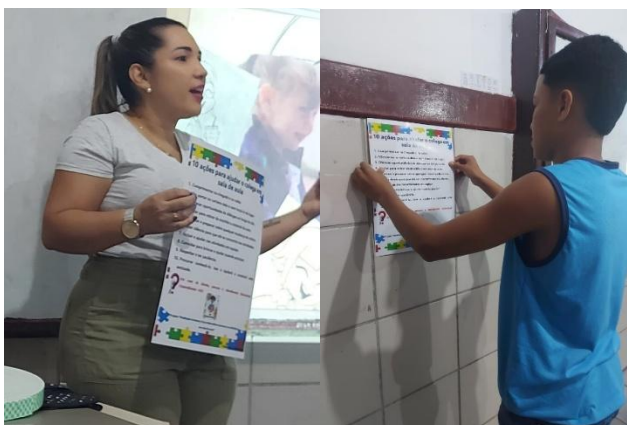


Imagem 5: Professora explicando o cartaz
Fonte: a autora (2024)

Imagem 6: aluno fixando o cartaz
Fonte: a autora (2024)

Retomando sobre o capacitismo, os alunos produziram um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema em que poderiam falar sobre sua compreensão ou relatar/descrever alguma situação que vivenciou ou que viu alguém sendo discriminado pela sua condição de pessoa com deficiência. Para finalizar o momento com os alunos, distribui-se um marcador de página para recordarem de tudo que vivenciaram naquele momento (Imagem 07 e 08).



Imagem 7: marcador
Fonte: a autora (2024)



Imagem 8: alunos recebendo o marcador
Fonte: a autora (2024)

DISCUSSÕES

No Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação. Em seus artigos, há a promoção da inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional, enfatizando a importância de uma educação que respeite as diferenças e atenda às necessidades de todos os alunos.

Nesse sentido, esse projeto desenvolveu ações para implementar essas diretrizes para a construção de uma escola mais justa e inclusiva e que reconheça e valorize a diversidade de

seus alunos. Desse modo, percebeu-se um impacto positivo não só com os alunos, mas com toda a comunidade escolar. Observou-se uma mudança positiva nos comportamentos, como o acolhimento e maior interação com os colegas com deficiência.

No intervalo para o recreio, por exemplo, comumente via-se os alunos com deficiência isolados em algum espaço, lanchando sozinhos. Hoje, no entanto, está bem diferente: vemos todos juntos, sentados fazendo alguma brincadeira, “puxando” uma conversa ou simplesmente compartilhando a merenda escolar.

As ações sugeridas pelos cartazes espalhados pelas salas de aula também tiveram efeitos positivos: colegas com deficiência quando chegam já são cumprimentados. Em sala de aula, ajuda mútua já acontece em gestos como, alertar para tirar o material da mochila e abrir a página certa do livro, mais paciência, principalmente com os autistas, pelo fato de agora compreenderem que muitos comportamentos considerados inadequados, nada mais são do que autorregulação para se sentirem melhor.

A partir dos efeitos dos cartazes, outros foram produzidos para atentar para datas inclusivas e fixados pela escola ou mesmo colocados nos grupos de aplicativo de mensagem que a escola tem com todos os responsáveis. Isso gerou interesse da comunidade como um todo, pois envolveu pais e responsáveis na discussão sobre uma cultura de aceitação e inclusão.

O resultado de todo o projeto atingiu muito mais que o acolhimento dos alunos com deficiência. Criou espaços onde alunos, com e sem deficiência, pudessem compartilhar suas experiências e contribuir para o diálogo sobre inclusão. A escuta ativa dessas vozes foi essencial para entender as necessidades específicas e promover mudanças efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover uma cultura de inclusão não é apenas uma questão de legalidade, mas também de ética e responsabilidade social. Uma escola inclusiva beneficia a todos, criando um ambiente mais justo e equitativo onde cada criança e adolescente é valorizado por suas habilidades e contribuições únicas. Nesta perspectiva, o projeto ressignificou o olhar sobre a inclusão e rompeu alguns paradigmas que cerceiam a pessoa com deficiência, uma vez que contribuiu para que todos reconhecessem quem são essas pessoas para enfim conhecer suas potencialidades.

Vale ressaltar que ao desempenhar práticas pedagógicas de mediação inclusiva para suscitar reflexões de forma a modificar as concepções sobre a deficiência, desmistificando entre outros fatores, muitos comportamentos que se dizem fraternais, o Atendimento Educacional Especializado promoveu a produção de conhecimentos que levaram os alunos ao entendimento e discussões a respeito da pessoa com deficiência.

Conhecer, portanto, não deve ser apenas uma obrigação ou um ato superficial, mas sim uma consequência natural do entendimento de que cada pessoa é única, com suas próprias experiências e desafios. A mediação inclusiva assim, cumpriu seu papel ao garantir a participação de todas as partes envolvidas, especialmente aquelas que têm suas vozes silenciadas.

O projeto implementado na escola trouxe resultados expressivos tanto no ambiente escolar quanto na comunidade ao redor. Ao promover atividades que abordavam a diversidade funcional, os alunos foram incentivados a refletir sobre suas atitudes em relação às pessoas com deficiência, resultando em uma mudança comportamental significativa. As famílias também foram envolvidas por meio de encontros e discussões que estimularam a empatia e a conscientização, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. Essa abordagem colaborativa não apenas melhorou o ambiente escolar, tornando-o mais inclusivo e acolhedor, mas também expandiu a discussão sobre igualdade e respeito para além dos muros da escola, criando uma rede de apoio e compreensão que beneficiou a todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia; PELAJO, Samantha. *A mediação de conflitos em casos concretos*. In: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo da (coords.). *Negociação, mediação e arbitragem*. São Paulo: Método, 2012.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?=&__from=arquivo>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

COSTANTINI, A. *Bullying, como combatê-lo?: prevenir e enfrentar a violência entre jovens*. Tradução Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

MAIA, J. DE S. *No limite do equilíbrio: desconstrução do capacitismo*. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16604>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

MAZZOTA, Marcos José do S.; SOUSA, Sandra M. Zákia L. *Inclusão Escolar e Educação Especial: considerações sobre a política educacional brasileira*. Revista Estilos da Clínica, São Paulo, v. 5, nº 9, 102-107, nov, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. *Reação: Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, v. 96, n. 7, p. 10-12, jan./fev. 2014. Disponível em: <<https://revistareacao.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ED96.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.